

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.467.265 - RS (2019/0071600-9)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - RS080026A
AGRAVADO : IVON PEREIRA PEIXOTO
AGRAVADO : MARIA EVONI PEREIRA PEIXOTO
AGRAVADO : VANDA PEIXOTO KAEFER
AGRAVADO : VANIA MARIA MARQUES PORTELA
AGRAVADO : TANIA MARIA PEIXOTO REINALDO
AGRAVADO : IVO VIEIRA PEIXOTO - SUCESSÃO
ADVOGADO : DARCI VIEIRA LOUREGA - RS035273

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA NA ACP 1998.01.1.0167989. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLEITO DE SUSPENSÃO. DESCABIMENTO. SUPOSTA OFENSA A DIVERSOS DISPOSITIVOS LEGAIS. AUSÊNCIA DE EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS PELOS QUAIS OS PRECEITOS NORMATIVOS TERIAM SIDO VIOLADOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por BANCO DO BRASIL SA em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTEMPESTIVIDADE. RECEBIMENTO COMO EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. POSSIBILIDADE. A intimação via AR digital é válida, pois se trata de um meio de comunicação que veio ao encontro do princípio da celeridade processual, permitindo o envio do documento de forma digital do Cartório para o sistema coletor dos Correios, dando maior

Superior Tribunal de Justiça

agilidade, segurança e eficiência, não havendo, por outro lado, nenhum prejuízo às partes, pois o que é virtual é o envio da carta aos correios, já que lá ela é impressa e remetida ao destinatário normalmente. Sua utilização, inclusive, é orientada pelo OFÍCIO- CIRCULAR Nº 036/2013-CGJ.

A impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pela parte demandada, embora intempestiva, pode ser parcialmente recebida e processada como exceção de pré- executividade, relativamente às matérias de ordem pública ali suscitadas. Não deve, pois, o Judiciário esquivar-se de sua análise, quando nenhum prejuízo redundará à parte adversa, já que as questões podem ser alegadas a qualquer tempo e grau de jurisdição e, inclusive, ser reconhecidas de ofício. Aplicação dos princípios da instrumentalidade das formas e da economia processual.

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME (e-STJ fl. 230).

Nas razões do especial, a instituição financeira recorrente apontou ofensa aos arts. 85, 240, 485, VI, e 783 do Código de Processo Civil; e 95, 97 e 98 do Código de Defesa do Consumidor.

Além disso, mencionou o art. 1.036, § 1º, do Código de Processo Civil, requerendo a suspensão do feito, em virtude da afetação do REsp 1.438.263/SP ao rito dos recursos repetitivos.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 284/287 (e-STJ).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 290/294), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 299/309 (e-STJ).

Impugnação às fls. 325/328 (e-STJ).

Em um primeiro momento, a Vice-Presidência desta Corte Superior determinou a devolução dos autos à origem, a fim de que ficassem suspensos pelo prazo de 24 meses, para eventual adesão das partes ao acordo homologado pelo STF, relativo a casos como o presente (e-STJ fls. 335/337).

Após o retorno dos autos ao Tribunal a *quo*, este, observando a reconsideração da ordem de sobrestamento efetuada pelo Min. Gilmar Mendes no RE 632.212, bem como os procedimentos estabelecidos pela Segunda Seção desta Corte Superior, determinou nova remessa do processo a este Tribunal Superior

Superior Tribunal de Justiça

para apreciação do agravo em recurso especial (e-STJ fls. 348/349).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registro que o acórdão recorrido foi publicado já sob a vigência da Lei 13.105/2015, razão por que o juízo de admissibilidade será realizado nos moldes deste novo édito, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

A irrisignação não merece prosperar.

Com efeito, em que pese a afetação do REsp 1.438.263/SP para julgamento nos moldes dos arts. 1.036 e seguintes do Código de Processo Civil, fato é que a determinação de sobrestamento não abrange o presente processo.

Conforme o próprio recorrente relatou na petição inicial do agravo de instrumento: "Trata-se de cumprimento de sentença oriundo de Ação Civil Pública ajuizada pelo IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (**1998.01.1.016798-9**), perante a 12ª Vara Cível da comarca de Brasília, no Distrito Federal" (e-STJ fl. 06 - grifo nosso).

A questão da legitimidade ativa referente ao caso concreto foi apreciada por esta Corte Superior no REsp 1.391.198/RS, julgado como recurso representativo de controvérsia, cujo acórdão encontra-se assim ementado:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF NA AÇÃO CIVIL COLETIVA N. 1998.01.1.016798-9 (IDEC X BANCO DO BRASIL). EXPURGOS INFLACIONÁRIOS OCORRIDOS EM JANEIRO DE 1989 (PLANO VERÃO). EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE E ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. OBSERVÂNCIA À COISA JULGADA.
1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva n. 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos

Superior Tribunal de Justiça

inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal;

b) os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa - também por força da coisa julgada -, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Idec, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9, pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF.

2. Recurso especial não provido.

(REsp 1391198/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/2014, DJe 02/09/2014 - grifo nosso)

Portanto, não há razão para determinar a suspensão da demanda.

A fim de robustecer tal assertiva, impende reproduzir o excerto do *decisum* exarado no REsp 1.438.263/SP (apontado pelo recorrente como justificativa para o pedido) que expressamente afasta a necessidade de suspensão de feitos como o presente:

*3) a suspensão não abrange os específicos casos das execuções das sentenças proferidas na ação civil pública que a Apadeco moveu contra o Banestado (ACP nº 38.765/1998/PR) e naquela que o IDEC moveu contra o Banco do Brasil (ACP nº 16798-9/1998/DF), levando-se em consideração o julgamento dos **Recursos Especiais nº 1.243.887/PR e nº 1.391.198/RS**, julgados sob o rito dos recursos especiais repetitivos, e a eficácia preclusiva decorrente da coisa julgada.*

No mais, observa-se que, conquanto o recorrente tenha apontado, no início do apelo nobre, ofensa aos arts. 85, 240, 485, VI, e 783 do Código de Processo Civil; e 95, 97 e 98 do Código de Defesa do Consumidor, fato é que em momento algum expôs os motivos pelos quais o Tribunal de origem teria infringido tais dispositivos legais, de modo que as razões recursais se mostram deficientes,

Superior Tribunal de Justiça

impossibilitando a exata compreensão da controvérsia.

Portanto, aplica-se, por analogia, a Súmula 284/STF, no ponto.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Adverta-se que a oposição de incidentes processuais infundados dará ensejo à aplicação de MULTA por conduta processual indevida (art. 1.021, § 4º e art. 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

